



O DEBATE HISTORIOGRÁFICO SOBRE O MOVIMENTO REPUBLICANO NO BRASIL

Hilton César de Oliveira¹

RESUMO:

O presente artigo objetiva apresentar um pequeno inventário das discussões historiográficas em torno do movimento republicano, sem perder de vista as motivações subliminares ou não que influenciaram as penas dos historiadores envolvidos com o tema.

Palavras-chave: movimento republicano no Brasil; leituras; leitores

Nunca um fenômeno histórico se explica plenamente fora do estudo do seu momento. Assim se pronunciou Marc Bloch (1997) com respeito à necessidade do historiador, ao se voltar ao passado, procurar as conexões que possam dar sentido ao objeto de sua investigação. Crê-se que essa recomendação dada pelo fundador da escola dos *Annales*, possa ser estendida também para os estudiosos da história da história, uma vez que a produção historiográfica não passa incólume à fina teia social, na qual se encontra conectado o historiador que a redige.

Em se tratando da historiografia dedicada a ritos de passagem da história nacional como da Monarquia à República, a atenção deve ser ainda mais redobrada, considerando a riqueza de interpretações produzidas de tempos em tempos; todas elas em sintonia fina com os problemas que vão sendo apresentados ao historiadores de cada

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF, professor do curso de História do Uni-BH; ehum@unibh.br

época. Assim sendo, a grande questão colocada aos historiadores² no início da República era a legitimidade do regime nascido após o Quinze de Novembro. Como a historiografia nunca é produtora de consenso apareceram respostas distintas para o problema colocado, como será apontado.

A consolidação do regime republicano deixara para trás a questão da legitimidade, mas não esgotara o problema. A insatisfação com o regime republicano verificada, sobretudo na década de 1920, traria uma onda saudosista em relação à monarquia, sentimento que se faria presente na historiografia. Após essa época novas aparições da questão da proclamação da República seriam registradas na pauta de historiadores como: Oliveira Viana, Leôncio Basbaum, Sérgio Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Emilia Viotti da Costa, Maria de Lourdes Mônaco Janotti, José Murilo de Carvalho, Nicolau Sevcenko dentre outros. E assim, em cada época, novas questões eram colocadas, sendo que a mais recente delas apareceu em 1993, quando novamente o regime monárquico foi submetido à apreciação popular mediante plebiscito.

A longa tradição do exame historiográfico sobre a emergência do regime republicano no Brasil foi inaugurada ainda sob o forte impacto produzido pela fundação do novo regime. Duas linhas de interpretação surgiram já nos primeiros anos, a dos republicanos e a dos monarquistas, aos quais vieram se somar com o tempo alguns republicanos, que desiludidos com a experiência, aumentaram o rol dos descontentes, exaltando as glórias do Império e ressaltando os vícios do regime republicano (COSTA, 1997). Assim sendo, vencedores e vencidos posicionaram-se de modo diverso frente aos acontecimentos relacionados ao quinze de novembro. Esses últimos os entenderam como o resultado de um levante militar alheio à vontade do povo, fruto da indisciplina das classes armadas que contaram com o apoio de alguns fazendeiros descontentes com a manumissão dos escravos, já os vencedores os enxergaram como a evolução natural em um cenário em que a forma teológico-militar de governo deveria ser superada pela

² Os escritos históricos produzidos no início do período republicano apresentam-se na forma memorialista. A preocupação com a busca da objetividade na investigação dos eventos associados ao Quinze de Novembro, só aparece em princípio no livro *O ocaso do Império* de Oliveira Viana. O autor manifesta ainda na introdução o seu interesse de redigir uma História liberta de paixões. Emilia Viotti da Costa, analisando a obra apontará a dificuldade de Oliveira Viana em cumprir o prometido. Ela aponta a influência civilista de Tobias Monteiro, sobretudo, na condenação do regime republicano e na defesa da monarquia. Caio Prado Junior em *Evolução política do Brasil* também se objetará ao caráter passional presente nos escritos sobre a proclamação da República. Para ele cabia ao historiador conhecer muito mais os fatores que teriam conduzido a superação do regime monárquico. Ver: OLIVEIRA VIANA. *O ocaso do Império*. São Paulo: Melhoramentos, s/d; COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997; PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

fase positiva, cuja melhor encarnação era a república. Para eles, a proclamação da República havia sido a concretização de uma aspiração popular levada a efeito por um grupo de idealistas e corajosos que conseguiram integrar o país nas tendências do século (CARVALHO, 1990).

Como cerne nos escritos pró-republicanismo havia ásperas críticas à competência de d. Pedro II como estadista, à excessiva centralização política, à existência do Senado vitalício, à fraude eleitoral que possibilitava ao governo vencer sempre as eleições. A monarquia havia sido condenada por sua própria índole, sustentava Suetônio (1896).

Síntese mais elaborada sobre o período foi elaborada por Felício Buarque (1962). O texto publicado em 1894 tinha por finalidade refutar as afirmações feitas por um simpatizante da monarquia, Afonso Celso. Este último havia escrito um texto pretendendo defender o imperador das acusações que contra ele haviam feito os republicanos. Buarque aponta como fatores decisivos para a proclamação da República a difusão das idéias republicanas, a repercussão da Lei Áurea, a atitude da Armada e do Exército, a má disposição em relação a um terceiro reinado. Aos seus olhos a Monarquia era o regime de corrupção e de arbítrio, de violência e de injustiças e, sobretudo do governo do Poder Pessoal, discricionário e alheio aos interesses do povo.

Ao que parece o objetivo de Felício Buarque foi alcançado, pois diversas obras escritas após a publicação de seu trabalho incorporaram a perspectiva de que o papel da Coroa tinha sido central, no curso dos acontecimentos que levaram à proclamação da República, como se a vontade de um só homem pudesse explicar o processo histórico. Não é raro encontrar essa versão, inclusive, em livros didáticos.

Em contrapartida não foram silenciadas as vozes que tomavam partido em favor da monarquia. O visconde do Ouro Preto refutava a versão dos republicanos afirmando que ao contrário da versão republicana, o Império não foi a ruína, mas sim a conservação e o progresso. Durante meio século manteve-se íntegro, tranqüilo e garantindo a unidade nacional. Uma nação atrasada e pouco populosa converteu-se em grande e forte nacionalidade, primeira potência Sul-americana, considerada e respeitada em todo o mundo.

Os historiadores que se aproximaram de modo consciente ou não de uma interpretação “sebastianista”, consideraram textos como o do visconde do Ouro Preto de modo particular sem cotejá-lo com o outro lado da realidade, o que interferiu decisivamente no resultado de suas pesquisas, dando a elas um caráter opaco, devido a

sua relutância em ampliar seu campo de visão. O visconde de Taunay, político conservador e monarquista caracterizou a Monarquia como um regime dotado de qualidades verdadeiramente republicanas e ao mesmo tempo define a República como “uma paródia ridícula e sanguinária do regime democrático, imposição e partilha de um grupo mínimo com exclusão absoluta da vontade e do voto do povo”.

O que se lia nos primeiros escritos que procuravam retratar o que havia ocorrido no país após o Quinze de Novembro era um faccionismo orientado por um lado pela simpatia à figura do Imperador, pela identificação com o regime monarquista e, por outro, pela presença do ideário positivista, pela defesa das idéias federalistas e pela crença de que a monarquia representava tudo o que de mais anacrônico havia em termos de modelos de governo. Em suma os monarquistas idealizavam o passado e, com olhos pessimistas, observavam o presente que lhes afigurava uma época de desmandos e confusão. Os republicanos por sua vez, consideravam a República a concretização dos ideais republicanos, obra de um punhado de idealistas auxiliados pelas valorosas classes militares. Já os monarquistas diziam que as classes militares, impregnadas de orgulho vão e minadas pela indisciplina, haviam sido instrumentos de grupos civis desejosos do poder, desenganados da Monarquia ou ressentidos (COSTA, 1997).

Max Leclerc (1942), viajante francês que percorria o Brasil por ocasião da proclamação da República, apresenta uma interpretação alternativa frente à segmentação até então observada nos escritos produzidos sobre o Quinze de Novembro. Para o autor a proclamação da República havia sido acidental, posto que a intenção do marechal Deodoro fosse apenas derrubar um ministério hostil. O militar era contra Ouro Preto, não contra a Monarquia. Falou-se em cumplicidade de fazendeiros, mas segundo Leclerc a verdadeira cumplicidade era a inércia e o silêncio. Atribuiu a queda da Monarquia ao fato de o poder estar concentrado nas mãos do imperador que envelhecera perdendo o controle da situação, alude a má vontade existente em relação às perspectivas de um terceiro reinado, refere-se, enfim a causas meramente circunstanciais.

Durante algum tempo os historiadores tenderam por optar por uma ou por outra versão, ora dando crédito à versão monarquista, ora à republicana. Alguns procuraram aproximar as duas versões dando um tom eclético a seus estudos, tentando conciliar contradições. No geral não foram muito além do que os seus contemporâneos haviam dito.

Os conflitos nos primeiros anos de República colocaram novos problemas à historiografia, fazendo com que novos elementos explicativos se somassem à produção acumulada até aquele momento. O esforço interpretativo dos historiadores teve a sua atenção chamada pelas forças que haviam se unido em torno da causa republicana, mas que naquele momento entravam em dissensão.

Os representantes do setor progressista da lavoura, fazendeiros de café das áreas mais dinâmicas e produtivas, elementos ligados à incipiente indústria, representantes das profissões liberais e militares, nem sempre tinham as mesmas aspirações e interesses. Com o passar do tempo, os descontentamentos multiplicaram-se. Era impossível manter a estabilidade e a paz quando havia grupos disputando a liderança. Depois de um curto domínio da espada, as oligarquias cafeicultoras afirmaram-se no poder garantidas por uma base econômica aparentemente sólida oferecida pela crescente produção cafeeira.

O paulista Campos Sales, à frente do governo federal trouxe certo alento ao agitado cenário republicano, ideando a “política dos governadores”. Com isso entregava os Estados ao domínio das oligarquias locais, concedendo-lhes plena autonomia na direção dos assuntos regionais, e recebendo delas, em troca, o apoio de que necessitava na esfera federal. Dentre essas oligarquias sobressaiu-se a paulista que passou a ocupar lugar de destaque no controle da política nacional. O descontentamento daí derivado suscitou novos problemas que acabaram por refletir na produção historiográfica. As oligarquias passaram a ser apontadas como as beneficiárias do novo regime, a despeito dos demais segmentos sociais do país.

Nessa mesma época, outro ponto que provocava dissenso na historiografia dizia respeito ao papel de militares e civis no processo que havia levado à República. Tobias Barreto apresenta-os como meros instrumentos nas mãos dos políticos, homens feitos para comandar e, por isso pouco afetos a se adaptar ao governo da sociedade civil, cuja tendência é a conquista cada vez maior de liberdade.

Após considerar as inconveniências da intervenção militar no governo civil, Tobias Barreto passa a analisar a trajetória do exército desde a Guerra do Paraguai, afirmando que a partir de então se desenvolveram no país o militarismo e o caudilhismo, inspirados no exemplo das nações vizinhas. Segundo o autor se não houvesse no âmago do exército esse germen de insubordinação, entretido sobretudo pela oficialidade letrada, não seria possível em 1887 avolumar um incidente sem maior importância até as proporções de uma ameaça de rebelião. Tratando a questão militar de forma detida,

procura mostrar, que favorecida pelas agitações abolicionistas, crescera a indisciplina nos meios militares e multiplicaram-se os choques com o poder civil; tudo isso levava a conspiração e a República.

Os militares, por sua vez, tinham uma outra versão dos fatos. Um dos interpretes desse pensamento foi Ximeno de Villeroy, autor de uma obra sobre Benjamim Constant publicada em 1928. Nessa obra, depois de assinalar a mediocridade do imperador como homem de Estado, analisa detalhadamente a Questão Militar. Afirma que Constant sempre repugnara a interferência da espada no governo. Comentando esse fato, diz que os discípulos de Benjamim Constant também lamentavam que as classes armadas tivessem sido levadas a abandonar os deveres profissionais para intervir na política. Por fim, fosse para louvá-lo ou criticá-lo, acentuava o caráter militar da proclamação da República e atribuía à Questão Militar um papel central na gênese do novo regime.

Os anos 1920 viram emergir grupos sociais até então colocados à margem da cena política. Industriais, pequena e média burguesia e o proletariado urbano viam-se prejudicados pelo predomínio das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. Com isso, generalizava-se a idéia de que era necessário realizar profundas transformações no país. Essa nova recomposição de forças acabou por refletir-se na busca de novos componentes históricos, que pudessem lançar luz ao que a sociedade experimentava naquele momento. Isso se fez sentir no modo como os historiadores se voltaram ao estudo dos mecanismos do governo imperial.

O Império passou a ser apontado como uma época de progresso e reformas tranqüilas presididas por um rei sábio e justiceiro; ao passo que a República apresentava-lhes como um período de desordem sob o domínio das oligarquias. A geração que nascera com a República estava mais apta do que a anterior para avaliar os acontecimentos que tinham culminado com a proclamação da República. Era fácil para os homens dessa geração, mesmo os monarquistas, atribuir aos políticos do Império as deficiências do regime. É essa opinião que Oliveira Viana assume em *O ocaso do Império* (1959). Segundo Emilia Viotti da Costa (1997), o autor dá continuidade, sob certo aspecto, a tradição dos “sebastianistas”, acentuando uma vez mais o caráter eminentemente militar do Quinze de Novembro. Ao analisar os atos do imperador, considera injustas as acusações que lhe haviam sido feitas tantas vezes. Viotti da Costa também acentua a influência sofrida por Viana por obras como as de Tobias Barreto e Souza Soares. Enfim, na opinião do autor, o fator desencadeante da República fora a

Questão Militar e a idéia de resolvê-la pela mudança das instituições políticas só ocorrera em última hora.

A interpretação que Oliveira Viana deu aos fatos que culminaram com a proclamação da República foi aceita pela maioria dos historiadores e passou a ser repetida em manuais e obras de divulgação.

Pandiá Calógeras, ao publicar o seu estudo *Fundação histórica do Brasil*, explicaria a República de mesma maneira, mas adicionaria entre os fatores que levaram à queda da monarquia a Questão Religiosa e a Abolição. A partir desse momento fixava-se um esquema que seria repetido na maioria dos manuais do ensino secundário.

Com respeito à Abolição colocada por Pandiá Calógeras, Licínio Cardoso propôs avançar um pouco mais na investigação da questão. Para ele haviam conexões profundas entre a Monarquia e a aristocracia rural escravista. Até então a maioria dos historiadores havia ficado na superfície, afirmando que a abolição havia provocado o descontentamento dos fazendeiros, levando-os a aderir à causa republicana. Para Licínio Cardoso a abolição, atingindo a aristocracia rural, suporte da Monarquia, destruíra-lhe as bases.

Em 1933, Caio Prado Junior, rompe com o modo de escrever a História até então. Em *A Evolução Política do Brasil* propunha uma história que não fosse a glorificação das classes dirigentes. Coerente com a perspectiva marxista, o autor apresentou o conjunto de mudanças que levaram à superação do regime monarquista. A principal razão apresentada para o Quinze de Novembro foi a inadequação das instituições imperiais ao progresso do país. O espírito conservador e retrógrado havia se encastelado numa série de instituições como o Senado Vitalício e o Conselho de Estado. A luta contra essas instituições conduziria à República.

As idéias de Caio Prado Júnior seriam desenvolvidas por outros historiadores, que em conformidade com os seus escritos passaram a se debruçar sobre as conexões entre a proclamação da República e as transformações ocorridas na estrutura econômica e social do país no transcorrer do Segundo Império. Entre eles destacaram-se Nelson Werneck Sodré (1939) e Leôncio Basbaum (1962).

Em 1939, Nelson Werneck Sodré, publica *Panorama do Segundo Império*. Ao explicar a queda do Império, afirma que a Monarquia desapareceu menos pela oposição que lhe moviam do que pela própria fraqueza, pela sua falta de base, pela indiferença, apatia e neutralidade de muitas das forças que lhe haviam apoiado no passado. A queda da monarquia assemelhou-se ao desprendimento de um fruto maduro.

Leôncio Basbaum, em seu livro *História Sincera da Republica* (1962), mantém quase que na totalidade as mesmas opiniões manifestas por Nelson Werneck Sodré, exceto parece reabilitar a clássica análise, a Questão Religiosa, A Questão Militar e a Abolição. Contra aqueles que viram na propaganda republicana o cerne do Quinze de Novembro, afirma que a idéia republicana não teve penetração nas massas, que continuaram até o fim do Império, mais monarquistas que republicanas.

A tradição iniciada por Caio Prado Júnior se fez sentir não somente em Nelson Werneck Sodré e Leôncio Basbaum, ela também encontrou abrigo sob a Escola Paulista derivada de Florestan Fernandes, com destaque para Emilia Viotti da Costa responsável por um clássico inventário historiográfico sobre a passagem da Monarquia para a República. Autores como Octavio Ianni, Paula Beiguelman, Fernando Henrique Cardoso trataram a questão como pano de fundo a estudos mais abrangentes como a passagem da utilização do trabalho escravo ao trabalho livre, por exemplo.

Nos anos 1980 os estudos sobre a República tomaram outra orientação. O olhar dos historiadores se voltou para o estudo dos grupos litigantes dentro do movimento republicano, adquirindo um aspecto monográfico (JANOTTI, 1998). Este parece ser o caso dos livros de Maria de Lourdes Mônaco Janotti (1986) e Suely Robles Reis de Queirós (1990). No primeiro caso a autora propõe tratar por intermédio de depoimentos pessoais deixados por monarquistas e republicanos o combate pela tentativa da volta do regime monarquista, no segundo a autora visa tratar a ala radical republicana composta por elementos como Silva Jardim, por exemplo, que queriam levar o regime inaugurado em 1889, ao alcance das massas, por intermédio da dilatação dos direitos políticos. Segundo Reis de Queirós o seu fracasso acabou por suscitar a elevação das oligarquias ao poder.

Ainda nos anos 1980, José Murilo de Carvalho publicou o livro *Os bestializados*, estudo que visava tratar os impasses surgidos com a proclamação da República. Por esse trabalho ficou-se sabendo das discussões sobre o alcance da cidadania, sobre a resistência contra a nova ordem inaugurada por intermédio da Revolta da Vacina e, mais do que tudo, a condição de bestializada tomada pela população carioca no Quinze de Novembro, que assistiu a atônita a passeada militar que inaugurava o novo regime, segundo relato de Aristides Lobo. Em 1990, o mesmo autor publicou *A formação das almas*, obra que visava tratar a disputa pela hegemonia ideológica no parto do novo regime. Jacobinismo à francesa, liberalismo à americana e o positivismo reivindicavam o seu lugar como orientador máximo do novo regime.

Refutado o jacobinismo, posto que propusesse trazer a cena política as “classes perigosas”, restou ao liberalismo a direção socioeconômica e política do novo regime, restando ao positivismo - devido ao seu rico arsenal imagético - a responsabilidade pela fabricação do imaginário.

Segundo Maria de Lourdes Janotti (1998), os dois livros citados de José Murilo de Carvalho, assim como *Literatura como missão* de Nicolau Sevcenko, se inserem em um conjunto de obras que passaram a sondar a abrangência da esfera do político no universo sociocultural urbano.

Ainda segundo Janotti (1998), mesmo considerando os avanços no conhecimento histórico, nota-se em parte dessa produção um descarte da produção do revisionismo marxista e da mal denominada historiografia positivista. Para a autora, o atual cenário impõe uma volta à história de longa duração como objetivo de redimensionar as descobertas realizadas.

Seja como for, o debate realizado em torno da questão da República continua em aberto, sendo trazido à tona sempre que as fissuras do regime são expostas. Em 1993 a sociedade foi convidada a se posicionar sobre o regime político a ser adotado no país, por intermédio de um plebiscito. Houve ampla vitória do republicanismo. A memória monarquista ao que parece tinha se dissipado pela ação imperiosa do tempo.

Mais do que uma questão que envolva as opções teórico-metodológicas dos historiadores, o problema hoje colocado é o afastamento da República de suas origens. De *Res Pública*, a coisa pública ela passou a ser instrumento de manipulação de poucos, o que tem suscitado o clamor em favor de uma reforma política, apesar dos ouvidos moucos de muitos. Indiferente das escolhas na orientação de suas pesquisas, os estudiosos devem buscar compreender o que se passa na atualidade propondo questões ao passado, como modo de conhecer melhor o seu tempo.

REFERÊNCIAS:

- BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**. São Paulo: Edições L&B, 1963.
- BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro**. São Paulo: Edusp, 2008.
- BLOCH, Marc. **Uma introdução à História**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

BUARQUE, Felício. **Origens republicanas** – estudos de gênese política. São Paulo:Edaglit, 1962.

CALOGERAS, Pândia. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, s/d.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. São Paulo: Difel, 1962.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das Almas**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

IANNI, Octavio. **A metamorfose do escravo**. São Paulo: Difel, s/d.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mênaco. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mênaco. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In-: **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

LECLERC, Max. **Cartas do Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1942.

OLIVEIRA VIANA, **O ocaso do Império**. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SODRE, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

SUETONIO, **O Antigo Regimem**. Homens e cousas na capital federal. Rio de Janeiro, 1896.

VILLEROY, A. Ximeno. **Benjamim Constant e a política republicana**. Rio de Janeiro, 1928.

Le débat historiographique sur Le mouvement républicain au Brésil

Résumé :

Cet article présente un bref inventaire des discussions historiographiques autour du mouvement républicain, sans perdre de vue les motivations sous-jacentes ou nom qui influencent la peine d'historiens intéressés par la question.

Mots-clés : mouvements républicains au Brésil ; lectures ; lecteurs

Recebido em : 11/07/2010